



Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

Acessibilidade e inclusão no ifce: desafios e perspectivas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (pdi)

Accessibility and inclusion at ifce: challenges and perspectives within the scope of the institutional development plan (pdi)

Accesibilidad e inclusión en el ifce: desafíos y perspectivas bajo el Plan de Desarrollo Institucional (pdi)

Gabriel Marcos Agostinho Nunes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), gabriel.nunes@ifce.edu.br

Resumo: O presente estudo investiga as ações de acessibilidade e inclusão no Instituto Federal do Ceará (IFCE) por meio da análise de seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) entre 2009 e 2028. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a análise documental para examinar a evolução do planejamento estratégico sob o paradigma da Educação Inclusiva e as seis dimensões da acessibilidade, segundo Romeu Kazumi Sassaki: arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal. Os resultados indicam que os primeiros PDIs (2009-2013 e 2014-2018) focaram na ampliação e adaptação da infraestrutura física e na consolidação dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). O PDI 2019-2023 revelou um amadurecimento ao utilizar indicadores de desempenho voltados à permanência e ao êxito dos alunos com deficiência, além da expansão de tecnologias assistivas. Por fim, o PDI 2024-2028 projeta uma visão mais holística, enfatizando a acessibilidade atitudinal e digital como eixos transversais, buscando a institucionalização de políticas de inclusão que transcendam as barreiras existentes na instituição. Conclui-se que, embora o IFCE apresente avanços normativos significativos, o desafio atual reside na execução prática dessas metas para garantir a inclusão plena em um cenário de expansão institucional, destacando-se a atenção necessária à implementação da acessibilidade programática e metodológica.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Inclusiva. Planejamento Estratégico.

Abstract: This study investigates accessibility and inclusion actions at the Federal Institute of Ceará (IFCE) by analyzing its Institutional Development Plans (PDI) from 2009 to 2028. This qualitative research employs document analysis to examine the evolution of strategic planning under the paradigm of Inclusive Education and Romeu Kazumi Sassaki's six dimensions of accessibility: architectural, communicational, instrumental, methodological, programmatic, and attitudinal. The results indicate that the initial PDIs (2009-2018) focused on expanding and adapting physical infrastructure and consolidating the Accessibility Centers for People with Specific Needs (NAPNEs). The 2019-2023 PDI revealed a maturation process through the integration of performance indicators focused on the retention and success of students with disabilities, alongside the expansion of assistive technologies. Finally, the 2024-2028 PDI projects a more holistic vision, emphasizing attitudinal and digital accessibility as cross-cutting themes and seeking to institutionalize inclusion policies that transcend existing barriers. We conclude that while IFCE has made significant regulatory progress, the current challenge is the practical execution of these goals to ensure full inclusion amid institutional expansion. This task requires further attention to implementing programmatic and methodological accessibility measures.

Keywords: Accessibility. Inclusive Education. Strategic Planning.

1. Introdução

De início, cabe apresentar um breve contexto sobre a fundação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), locus da presente pesquisa, que investigará as ações de acessibilidade e inclusão praticadas pela instituição.

O Governo Federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 312 campi espalhados por todo o país, cada um deles constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar (IFCE, 2009, p. 19).

Neste cenário, a reestruturação do IFCE se consolida em conjunto com um amplo movimento de expansão nacional da rede federal de ensino técnico. Ainda que o recorte temporal da presente pesquisa tenha sido estruturado de modo a contemplar apenas documentos emitidos após sua consolidação, enquanto Instituto Federal, cabe revelar que sua atuação remonta ao início do século XX.

Em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, o Governo do Brasil funda as Escolas de Aprendizes Artífices, espelhando o modelo das escolas vocacionais francesas, com o objetivo de atender à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica (IFCE, 2009).

Ainda, segundo o IFCE (2009), com o impulsionamento do processo de industrialização, posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, a instituição é rebatizada como Liceu Industrial de Fortaleza em 1941 e, em 1942, passa a se chamar Escola Industrial de Fortaleza. Em 16 de fevereiro de 1959, por meio da Lei Federal nº 3.552, a Escola Industrial de Fortaleza ascende ao status de autarquia federal, sendo agora dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, passando a atuar na formação profissional técnica de nível médio.

No mesmo documento, o IFCE (2009) registra que, em 1965, torna-se Escola Industrial Federal do Ceará; em 1968, reconfigura-se como Escola Técnica Federal do Ceará; em 1994, é transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica; em 1995, realiza a implantação de duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte; e, em 1999, passa a desenvolver efetivamente atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desde a sua fundação, estruturada em dezembro de 2008, enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFCE demonstra alinhamento de seus normativos internos aos preceitos da Educação Inclusiva ao prever em seu estatuto que “em sua atuação, observa os seguintes Princípios norteadores: [...] d) inclusão de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas” (IFCE, 2009, p. 137).

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

Para a operacionalização do princípio destacado acima, bem como para o cumprimento de sua missão e o alcance de sua visão institucional, o IFCE, assim como as demais Instituições de Ensino Superior no Brasil, públicas e privadas, precisa elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que formaliza o seu planejamento estratégico quinquenal e regulariza seu status de funcionamento junto ao Ministério da Educação.

2 Marco Teórico

2.1 A acessibilidade e as suas múltiplas dimensões

O modelo teórico apresentado na presente pesquisa configura-se como a "lente" analítica necessária para interpretar os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE sob a ótica da Educação Inclusiva. O modelo adotado fundamenta-se no paradigma biopsicossocial, que desloca o foco da deficiência como patologia para a interação entre o sujeito e as barreiras do ambiente escolar.

Essa mudança de paradigma nas políticas para pessoas com deficiência no Brasil evoluiu de estágios de exclusão e segregação para a inclusão. Pelo modelo social, "a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo" (DINIZ, 2007, p. 11), tese que corrobora a consolidação de uma filosofia da inclusão que sustenta que "o problema não está na pessoa, mas nas barreiras físicas, programáticas e atitudinais que a sociedade impõe" (SASSAKI, 2006, p. 33).

Este modelo é o pilar da Convenção da ONU (2007) e da Lei Brasileira de Inclusão (2015), exigindo que a escola se adapte para receber todos os alunos, independentemente de suas diversidades, em vez de impor obstáculos e condições ao acesso aos seus direitos.

Isso traz à tona o imperativo de abraçar a acessibilidade como demanda coletiva de toda a sociedade, que já reconhece constitucionalmente a sua definição, entendida como a: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, Art. 3º, Inciso I).

A partir do aspecto legislativo, constrói-se um alicerce que possibilita a normatização, a busca e a cobrança dos direitos sociais urgentes e inerentes às diversas dimensões da acessibilidade. A primeira a ser apresentada, a acessibilidade programática, permeia o campo do direito, devendo

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

ser entendida como “[...] a eliminação de barreiras 'invisíveis' embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias), em normas e regulamentos (em escolas, empresas, clubes, igrejas, condomínios etc.)” (SASSAKI, 2006, p. 42), implicando no dever do alinhamento social com o direito de acesso que todo sujeito possui, desde o planejamento inicial das ações institucionais até a sua real efetivação.

A dimensão mais conhecida, por ser comumente associada a pessoas com e sem deficiência, pois engloba a população com mobilidade reduzida, é a acessibilidade arquitetônica, que pode ser compreendida como “[...] a eliminação de barreiras físicas que impedem o acesso aos espaços construídos. Tais barreiras são obstáculos que limitam ou impedem a liberdade de movimento e a circulação com segurança” (MANZINI, 2005, p. 5). Esse movimento e circulação devem poder ser executados com a perspectiva de promover “[...] a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos por uma maior quantidade possível de pessoas [...]” (ABNT, 2020, p.15).

A terceira dimensão, que compreende os aspectos ligados às barreiras nas comunicações e na informação, é a acessibilidade comunicacional, que engloba “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens” (BRASIL, 2015, Art. 3º). Ela deve ser concebida: [...] sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital) (SASSAKI, 2005, p. 23).

Adiante, temos a quarta dimensão, a acessibilidade metodológica: “(também conhecida como acessibilidade pedagógica) refere-se à ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de lazer e de serviços sociais” (SASSAKI, 2006, p. 42).

A quinta dimensão é a acessibilidade instrumental, que visa assegurar que os sujeitos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais, possam utilizar equipamentos, ferramentas e tecnologias de forma independente e segura.

A acessibilidade instrumental consiste na ausência de barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de trabalho (manuais, elétricos e eletrônicos), de estudo, de lazer e de recreação. (...) Diferentemente da acessibilidade arquitetônica, que foca no imóvel, a acessibilidade instrumental foca no objeto móvel que o indivíduo precisa manipular para realizar uma ação (SASSAKI, 2006, p. 42-43).

Por fim, por escolha pessoal do pesquisador, apresenta-se a sexta dimensão, a acessibilidade atitudinal, posicionada ao final desta subseção, por se entender que é a mais complexa de

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

implementar efetivamente, pois envolve uma postura essencialmente particular, cuja compreensão e transposição perpassam o campo do preconceito culturalmente enraizado.

A acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todas as demais formas de acessibilidade estarão prejudicadas se a atitude não for trabalhada. (...) As barreiras atitudinais são as mais difíceis de remover, pois residem no íntimo de cada pessoa, moldadas por séculos de exclusão e invisibilidade das pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006, p. 42-43).

Ao finalizar este percurso metodológico, destaca-se que a acessibilidade atitudinal deve estar em evidência e no topo da lista de ações prioritárias das políticas públicas, haja vista que a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa só se consolida com o exercício da solidariedade e da empatia.

2.2 A acessibilidade como princípio norteador dos Institutos Federais de Educação

Desde sua fundação, em dezembro de 2008, enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFCE demonstra alinhamento de seus normativos internos aos preceitos da Educação Inclusiva, ao prever em seu estatuto que “em sua atuação, observa os seguintes Princípios norteadores: (...) d) inclusão de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas” (IFCE, 2009, p. 137).

Esse princípio foi materializado após anos de amadurecimento e atuação institucional, por meio da Resolução 143 do Conselho Superior do IFCE, de dezembro de 2023, que orienta a implantação e a consolidação dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), com previsão de que exerçam atividades em todos os campi da instituição. Nela registram-se as amplitudes das suas ações, conforme apresentado a seguir: O Napne promoverá, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade (IFCE, 2023, Art. 2º, Parágrafo 4º).

Essa consolidação do reconhecimento do papel social, frente à luta pelos direitos das pessoas com deficiência e necessidades específicas, carrega consigo uma herança histórica internacional pautada nos aspectos econômicos e financeiros, já que: [...] a mudança de mentalidade acerca das pessoas com deficiência, portanto, partiu primariamente da pressão da sociedade contra o Estado, avançando para um período de mudança de consciência motivado pela ideia de que se tornava oneroso demais, do ponto de vista financeiro e social, abrigar esses indivíduos em vez de engajá-los

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

no mercado e na vida comum (ROZENDO et al., 2022, p. 6).

No âmbito nacional, Sasaki (2006) aponta que o Brasil viveu por séculos o paradigma da exclusão. A atenção às pessoas com deficiência era essencialmente assistencialista e segregada, prestada em escolas especiais fechadas e em hospitais-colônia. Nos anos 70 e 80, a abordagem passou a ser a "Integração Social". Nela, a pessoa com deficiência passava a interagir e conviver com os espaços públicos submetidos, porém, à lógica da adaptação aos padrões de normalidade social. Após os anos 90, a responsabilidade pela acessibilidade e inclusão deixa de estar focada no sujeito e passa a ser essencialmente da sociedade, que deve atuar na remoção das barreiras ao efetivo exercício da cidadania de todos.

Nessa perspectiva, o autor lança um convite para uma reflexão atual e urgente, pois “Não basta apenas a ausência de barreiras arquitetônicas; a acessibilidade deve ser plena, abrangendo a comunicação, as metodologias e, principalmente, as atitudes das pessoas sem deficiência” (SASSAKI, 2006, p. 132).

Nesse cenário, o presente estudo tem como objeto a acessibilidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com enfoque na problemática de como o IFCE realiza o planejamento estratégico de suas ações de acessibilidade, previstas em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs).

3. Material e Método

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo, que utiliza a análise documental como método exclusivo de coleta e de produção de dados. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a principal função da análise documental é atuar como um método de seleção e verificação de dados, permitindo o acesso a fontes relevantes para a investigação.

O corpus documental deste estudo é composto por documentos de natureza institucional, abrangendo o período de meados de 2009 a dezembro de 2023. A escolha desse recorte temporal justifica-se por coincidir com o período de divulgação e implementação das ferramentas de planejamento estratégico e de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), órgão público analisado à luz do paradigma da Educação Inclusiva.

Os 4 (quatro) Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborados por essa instituição – PDI 2009-2013, PDI 2014-2018, PDI 2019-2023 e PDI 2024-2028 – foram selecionados como fontes primárias dos dados analisados, coletados de forma remota por meio de busca no sítio eletrônico da instituição (<https://pdi.ifce.edu.br/>). Como critérios de inclusão, a pesquisa utilizou

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

documentos na íntegra, emitidos no recorte temporal delimitado e relacionados diretamente ao tema “Planejamento estratégico para implementação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão no IFCE”.

Para o tratamento dos documentos, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, seguindo as fases propostas por Bardin (2011), partindo da leitura flutuante de todo o material coletado para organização e seleção final do corpus (pré-análise), realizando a codificação e categorização dos dados com base nos eixos temáticos “Acessibilidade Arquitetônica”, “Acessibilidade Instrumental” “Acessibilidade Metodológica”, “Acessibilidade Comunicacional e/ou Digital”, “Acessibilidade Atitudinal” e “Acessibilidade Programática” (exploração do material) e, posteriormente, realizando a inferência e interpretação dos dados codificados (tratamento dos dados) à luz do referencial teórico de Romeu Kazumi **Sasaki** e outros autores, em processo de diálogo com as legislações brasileiras e internacionais, buscando responder à pergunta de pesquisa.

Por se tratar de um estudo qualitativo e de menor escala, optou-se por não utilizar ferramentas complexas na análise dos dados. A leitura e a interpretação crítica foram realizadas manualmente pelo pesquisador, com foco na análise do contexto e na evolução histórica das ações de acessibilidade e inclusão adotadas pelo IFCE, buscando aproximações entre o significado dessas ações e os estudos e pesquisas utilizados como referencial teórico.

O pesquisador optou por estruturar o trabalho em duas etapas: na primeira, relata-se a abordagem das temáticas de acessibilidade e inclusão em cada uma das 4 edições do PDI; e, na seguinte, procede-se à análise documental, de forma individual e comparativa, buscando estabelecer pontos de recorrência, avanços, declínios e/ou silenciamentos, à luz do paradigma da Educação Inclusiva.

4. Resultados e Discussão

4.1 A Acessibilidade e Inclusão nos PDIs do IFCE

4.1.1 PDI 2009-2013

O planejamento estratégico registrado neste plano focava em objetivos e ações estratégicas, metas e prazos relacionados à expansão da rede do IFCE. “Essas ações contemplam as demandas dos quatro segmentos que compõem a estrutura do Instituto: ensino, extensão, pesquisa e gestão” (IFCE, 2009).

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

Sua estrutura administrativa estava presente em 9 cidades do Ceará: Cedro, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Sobral. A partir do planejamento das ações estratégicas e específicas dos campi elencados acima, apresentar-se-ão as indicações de posicionamento destes frente às categorias apresentadas (acessibilidade, inclusão, deficiência e NAPNE) ou a assuntos correlacionados a estes, de acordo com os segmentos destacados pela instituição.

4.1.1.1 Para atendimento às demandas do ensino:

Considerando os 9 campi, apenas o campus de Crato apresentou demandas relacionadas à acessibilidade e à inclusão – o campus de Juazeiro do Norte registrou demandas de ensino na seção destinada à gestão –, por meio de seu objetivo/ação estratégica de modernizar e reestruturar os recursos pedagógicos e de apoio ao ensino. Como ação específica, a unidade identificou a necessidade de capacitar docentes e técnicos para o atendimento a alunos especiais, com a meta física de realizar 2 cursos até dezembro de 2010 (IFCE, 2009).

4.1.1.2 Para atendimento às demandas da extensão e pesquisa:

Não foram identificados registros de objetivos ou de ações estratégicas e/ou específicas relacionados ao objeto deste estudo e vinculados às demandas dos 9 campi do IFCE nessa edição do PDI.

4.1.1.3 Para atendimento às demandas da gestão

Neste segmento, a maior parte dos campi apresentou objetivos e ações, estratégicas e específicas, de forma que sua apresentação e análise podem ser melhor compreendidas a partir do quadro a seguir:

Quadro 1 - Demandas do segmento gestão, apresentadas pelos campi do IFCE, direta e expressamente relacionadas à acessibilidade e inclusão

	Campus	Objetivos/Ações	Ações Específicas	Metas Físicas	Prazos
1	Cedro	Realizar reformas e construções, objetivando adequar e ampliar a área física do campus de Cedro	Construção de um bloco de 04 (quatro) andares, sendo 04 salas por andar, dotadas de acesso a portadores de	1	Até dezembro de 2013

			necessidades especiais		
2	Crato	-	-	-	-
3	Fortaleza	Promover a modernização dos laboratórios, salas acadêmicas, ambientes administrativos e acesso a portadores de necessidades especiais	Construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais (PNE)	10 rampas	Até agosto de 2013
			Implantação de sinalizações adequadas a cada tipo de necessidade especial	100 sinalizações	Até dezembro de 2013
4	Iguatu	-	-	-	-
5	Juazeiro do Norte	Promover a modernização dos laboratórios, salas acadêmicas, ambientes administrativos e acesso a portadores de necessidades especiais	implantação de sinalizações adequadas para portadores de necessidades especiais	100 sinalizações	Até 2009
			Estruturação do NAPNE	01 NAPNE implantado	Até 2009
			Aquisição de equipamentos e material didático para o NAPNE	Conforme projeto	Até 2009
6	Limoeiro do Norte	Implantar, reestruturar e modernizar os laboratórios, plantas-piloto, salas acadêmicas, ambientes administrativos, incluindo a construção de acessos a portadores de necessidades especiais	Construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais (PNE)	6 rampas	Até dezembro de 2012
			Implantação de sinalizações adequadas a cada tipo de necessidade especial	30 sinalizações	Até dezembro de 2012
7	Maracanaú	Melhorar a infraestrutura do campus de Maracanaú	Elevador	1	Até dezembro de 2010
8	Quixadá	Criar condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Construção de rampas de acesso a pessoas com dificuldade de locomoção	Onde necessário for	Até 2011
			Construção de banheiros para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	2 banheiros	Até 2011
			Ampliação de portas para melhorar o acesso das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Onde necessário for	Até 2011
9	Sobral	-	-	-	-

Fonte: Adaptado de PDI IFCE 2009-2013

4.1.2 PDI 2014-2018

Aprovado pela Resolução 04 do Conselho Superior (CONSUP) do IFCE, em 31 de janeiro de 2014, o documento institucional realizou ajustes nas metas e oficializou o início da implementação de seu PDI 2014-2018. A estratégia elaborada pela gestão superior enquadrando objetivos e metas em 4 perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária e financeira, compreendidas da seguinte forma:

A Perspectiva do Aluno tem por objetivo mostrar se as escolhas estratégicas do IFCE estão contribuindo para o aumento de valor percebido pelos alunos em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Na Perspectiva dos Processos Internos são estabelecidos objetivos voltados para a melhoria dos processos já existentes e a implantação de processos inovadores. A Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento visa promover o crescimento e modernização do capital físico e intelectual. Por último, a Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira que visa criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recursos disponíveis (IFCE, 2014, p. 19)

Baseado nas perspectivas acima, serão identificados abaixo os posicionamentos do IFCE no tocante aos eixos temáticos de análise do objeto deste estudo, associados à acessibilidade e inclusão.

4.1.2.1 *Objetivos e Metas do Instituto Federal do Ceará*

4.1.2.1.1 *Perspectiva do Aluno*

Registro do objetivo AL_07 (IFCE, 2014, p. 39-40) - Dotar os campi de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico, descrito com a intenção de adequar os espaços físicos, conforme a NBR 9050/2004, assim como adquirir e/ou elaborar material didático aos discentes com necessidades educacionais específicas.

Este objetivo apresentou dois indicadores de resultado, sendo o primeiro associado ao nível de satisfação do aluno, com meta de obter 87% de avaliação positiva, escalonando de 30% em 2014 e progredindo sucessivamente para taxas de 43%, 58%, 73% e 87%, respectivamente nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Vinculados a este indicador, a instituição pretendeu adotar as iniciativas estratégicas de realizar pesquisas em relação à infraestrutura, recursos humanos e materiais didático-pedagógicos, além de realizar levantamento das necessidades com base nos dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

O segundo indicador de resultado do objetivo AL_07 trabalhou a relação alunos ingressantes com deficiência severa, nos termos da Lei nº 8.213/1991, e o total de alunos concludentes com deficiência severa. Para tanto, teve como meta a obtenção de uma relação de 94%, escalonada de 45% em 2015 e progredindo sucessivamente para taxas de 60%, 75% e 94%, respectivamente nos anos de 2016, 2017 e 2018. Suas iniciativas estratégicas relacionavam-se à criação e/ou estruturação dos NAPNEs em todos os campi, à promoção da oferta de cursos de formação continuada aos servidores e estudantes e à realização de um censo anual das pessoas com deficiências (PCD) no IFCE, com intuito de alimentar o sistema SISTEC.

4.1.2.1.2 Perspectiva dos Processos Internos

Registro do objetivo PI_05 (IFCE, 2014, p. 48-50) - Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais, descrito com a intenção de promover o uso integrado e interativo de diversas mídias no processo de construção do conhecimento, democratizando o acesso à informação.

Este objetivo teve como indicador de resultado o total de pessoas atendidas através de tecnologias educacionais assistivas / total de pessoas com necessidade x 100. Sua meta focava em alcançar 100% nesta relação, com a perspectiva de progredir de 18% em 2014 para taxas de 40%, 62%, 82% e 100%, respectivamente nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Para alcançar as metas acima, as iniciativas estratégicas vinculadas e elas foram a contratação de servidores capacitados para atender às demandas educacionais assistivas, bem como a ampliação e a criação de infraestrutura física e de equipamentos para atender às demandas educacionais assistivas.

4.1.2.1.3 Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento e Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira

Nestas perspectivas não foram registrados objetivos relacionados ao objeto deste estudo.

4.1.2.2 Demais iniciativas institucionais

Como política de assistência estudantil, o IFCE oferece aos seus discentes a possibilidade de contemplação, por meio de editais de seleção, do auxílio óculos, destinados a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica que tenham dificuldade de aquisição de óculos ou lentes corretivas.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

Na seção 3, da organização acadêmica, na subseção 3.1.7 referente à políticas de Educação Inclusiva, registra-se o esforço do IFCE em promover iniciativas de fortalecimento à acessibilidade e inclusão, destacando as ações de adaptação de acesso, com a construção de rampas nos prédios, instalação de elevadores, instalação de piso tátil direcional nas calçadas dos estacionamentos, adaptação das instalações sanitárias, adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos e a oferta de curso de aperfeiçoamento destinados aos docentes

No item 4, apresenta-se o detalhamento da infraestrutura da instituição, relatando a existência de 90 salas adaptadas ao PNE, com necessidade de expandir esse quantitativo para 204. Além disso, o Quadro 6 - Acessibilidade, registra a adaptação e instalação de espaços e estruturas físicas existentes no IFCE, até o momento de elaboração desta edição de seu PDI, no qual constam a indicação da existência de 109 banheiros adaptados ao PNE, 17 vagas de estacionamento exclusivas ao PNE, 14 elevadores verticais e 51 rampas de acesso.

Mais adiante, o instrumento reforça a importância da realização do planejamento orçamentário, elaborado por cada campus, alertando para o fato de que foi reforçada ao determinar que:

[...] as ações relativas à execução de obras civis que serão realizadas durante os anos de 2014 a 2018 somente terão os seus recursos liberados quando estiverem previstas no plano de investimento, conforme apresentada nos quadros abaixo” (IFCE, 2014, p 126).

As ações identificadas nos quadros citados acima, registrados nesta edição do PDI, que relacionam-se com a acessibilidade e inclusão foram resumidas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Ações de capital dos campi do IFCE no PDI 2014-2018

	Campus	Descrição da Obra	Ano/Período de Execução
1	Acaraú	Construção de infraestrutura de acessibilidade para pessoas com deficiência	2015
2	Aracati	-	-
3	Baturité	Almoxarifado e construção de área de convivência e acessibilidade. Construção dos banheiros para os professores	2014
4	Camocim	Aquisição e instalação de elevadores nas novas instalações que possuem andares	2014-2018
5	Canindé	Adequação de laboratório de eventos e videoconferência, infraestrutura de dados e CFTV, acessibilidade	2014-2018
6	Caucaia	-	-
7	Cedro	-	-

8	Crateús	-	-
9	Crato	Sinalização de todo o campus considerando inclusive as sinalizações de acessibilidade	2014
		Urbanização e paisagismo do campus (calçadas, vias de circulação, acessibilidade, iluminação das áreas externas e dos blocos, etc)	2014-2018
10	Fortaleza	-	-
11	Iguatu	-	-
12	Jaguaribe	-	-
13	Juazeiro do Norte	Ampliar NAPNE e NTEAD	2014-2015
14	Limoeiro do Norte	-	-
15	Maracanau	Execução da acessibilidade total no campus	2014
16	Morada Nova	-	-
17	Quixadá	-	-
18	Sobral	-	-
19	Tabuleiro do Norte	-	-
20	Tauá	-	-
21	Tianguá	Construção de infraestrutura de acessibilidade para pessoas com deficiência	2015-2016
22	Ubajara	-	-
23	Umirim	-	-

Fonte: Adaptado de PDI IFCE 2014-2018

Por fim, destaca-se o objetivo estratégico PC_02 (IFCE, 2014, p. 164), vinculado ao Plano Estratégico em Tecnologia da Informação 2014/2018, que promove a acessibilidade às soluções de TI, descrito como o imperativo de oferecer ao IFCE soluções de TI que permitam a inclusão e a acessibilidade digital dos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) a ele vinculados.

Seus indicadores estavam vinculados ao percentual de atendimento a esse público, escalonando de 20% em 2014 e progredindo sucessivamente para taxas de 40%, 60%, 80% e 100%, respectivamente, nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Para alcançar estes percentuais, as iniciativas estratégicas associadas a este indicador eram os seguintes: realizar pesquisa para identificar, no público interno, a existência de PNEs; levantar as demandas dos PNEs, e quais intervenções que necessitem de atualização/ampliação para adequação; dotar soluções de TI para atender os requisitos de acessibilidade para os públicos interno e externo e capacitar o quadro de servidores da TI nos padrões de acessibilidade de softwares do Governo Federal.

4.1.3 PDI 2019-2023

Nesta edição de seu PDI, o IFCE inicia o documento registrando a capilarização de sua atuação nos diversos municípios do Ceará, contextualizando o histórico de criação, implantação e atuação de seus campi.

Em seguida, a instituição apresenta a metodologia utilizada no planejamento estratégico adotado nesse quinquênio, definida da seguinte forma:

Nesse sentido, a estratégia do IFCE consiste em temas, objetivos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos a serem implementados no período 2019-23. Os temas estratégicos correspondem às prioridades a serem trabalhadas durante a vigência do planejamento e são considerados fundamentais para o alcance da visão de futuro. [...] Os objetivos estratégicos, por sua vez, estão concatenados aos temas estratégicos e representam o que se pretende alcançar com as ações a serem desenvolvidas ao longo dos próximos cinco anos. Para que o IFCE possa acompanhar os resultados pretendidos nos objetivos estratégicos, são estabelecidos indicadores de desempenho. Cada um desses indicadores possui uma meta que permite à instituição avaliar se as ações realizadas contribuem para os resultados pretendidos. Por fim, os projetos estratégicos são responsáveis pelo direcionamento das ações táticas e operacionais da instituição, voltadas para o alcance das metas dos indicadores de desempenho (IFCE, 2019, p. 88)

No tocante aos temas e objetivos estratégicos vinculados ao objeto do presente estudo, a instituição registrou sua iniciativa de desenvolver as temáticas de acessibilidade e inclusão ao identificar como temas estratégicos a acessibilidade e a diversidade, com seus respectivos objetivos de fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial.

No quadro 2 do documento, foram identificados os indicadores de desempenho e as metas para 2023. Os indicadores relacionados ao objetivo acima foram o índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial e a taxa de implantação de NAPNEs, com suas respectivas metas: 15% das ações de extensão voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial e 100% de implantação dos NAPNEs nos campi que ainda não possuíam o núcleo (10).

Posteriormente, o IFCE apresenta o portfólio de projetos estratégicos cruciais para o alcance de seus objetivos institucionais. Dentre esses projetos, aqueles identificados como pertinentes à acessibilidade e inclusão foram os seguintes: a) certificação de alunos com necessidades especiais; b) traçar perfil e avaliar sistematicamente a satisfação dos alunos com necessidades especiais; c) formação de servidores para atendimento de pessoas com deficiência; d) acessibilidade comunicacional; e) acessibilidade arquitetônica; f) implantação efetiva dos NAPNEs; g) realização de jogos internos com categoria para alunos com deficiência e h) encontro dos servidores (festival de talentos, jogos com categoria para atletas deficientes, concurso literário, inclusão de capoeira).

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

Os indicadores a e h tinham previsão de realização para o período de 2019 a 2020, enquanto os demais, para o período de 2019 a 2023.

Outras ações institucionais identificadas no documento registram o desenvolvimento de programas e projetos voltados para a valorização da acessibilidade, no âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, a ampliação das condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania, visando à acessibilidade, a oferta de edital anual para seleção de bolsistas atuarem em projetos de acessibilidade nos campi do IFCE, o cumprimento da política de reserva de vagas, de acordo com a Lei nº 13.409 e o respeito aos formatos acessíveis às pessoas com deficiência, relacionados à aquisição de materiais que compõem o sistema de bibliotecas da instituição.

Para o IFCE (2019), os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) objetivam a criação de uma cultura da “educação para a convivência”, a aceitação da diversidade e, principalmente, a eliminação das barreiras que impedem o exercício da cidadania, como as arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Por fim, registrou-se a existência de um centro de equoterapia, vinculado ao campus Iguatu, um centro de formação de Instrutores e treinadores de cães-guia, em fase de implantação no campus Limoeiro do Norte, um núcleo de tecnologia assistiva, um grupo de pesquisa em acessibilidade virtual, vinculado ao campus Fortaleza, a atuação de 10 profissionais tradutores e intérpretes de Libras, além de outras ações com visibilidade e impactos no âmbito institucional, local e nacional.

4.1.4 PDI 2024-2028

Nesta edição do PDI, a instituição inicia o documento com uma avaliação da edição anterior, ressaltando o desempenho alcançado em relação aos principais objetivos estabelecidos, vinculados essencialmente às áreas finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere à acessibilidade e à inclusão, o objetivo de fortalecer as ações de acessibilidade e diversidade étnico-racial é descrito com a finalidade de “Desenvolver estratégias de inclusão visando à autonomia de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, negros, indígenas e quilombolas” (IFCE, 2019, p. 29). Teve sua avaliação registrada como insatisfatória por ter atingido apenas 1% das ações de extensão relacionadas à acessibilidade e à diversidade étnica e racial, quando a meta prevista era de, no mínimo, 15%.

Ao reconhecer este cenário, a instituição realiza a seguinte análise:

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo: 1. Inserir no PDI 2024-2028 um tema específico de

ações afirmativas, de modo a “abrigar” projetos estratégicos para esses fins. 2. Analisar com a PROEXT a possibilidade de substituir o indicador “Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial” pelo indicador “Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas” da Portaria Setec/MEC nº 299/2022. 3. Monitorar constantemente a evolução dos indicadores e ajustar as estratégias conforme necessário. 4. Definir metas exequíveis para o período de 2024-2028. 5. Sensibilizar os coordenadores de extensão para que mantenham o sistema SigProext sempre atualizado (IFCE, 2019, p. 30).

Em seguida, conforme o IFCE (2023), apresentou-se a estrutura do modelo de planejamento estratégico adotado no instrumento, que fundamentou-se na construção de macroprocessos finalísticos (intrinsecamente ligados à cadeia de valor da instituição), indicadores (formas de acompanhamento dos macroprocessos finalísticos), metas (parâmetro de acompanhamento do nível de desempenho alcançado pelos indicadores), temas estratégicos (campos de atuação prioritários para a instituição), objetivos estratégicos (cenário no qual se pretende realizar intervenção, atrelados à missão e visão da instituição), iniciativas (conectoras entre o nível estratégico e tático, para atuação direta nas situações-problema) e projetos estratégicos (detalhamento das ações, a nível de cronograma e alocação de recursos).

Interconectado aos macroprocessos da instituição, foi estabelecido o Tema Transversal 2 (TT-2): Acessibilidade, Inclusão e Diversidade, tendo sido fixada pela gestão da instituição a adoção, no tocante ao seu acompanhamento, do indicador EXT-5 Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável, com a meta de que, no mínimo, 10% das ações de extensão sejam destinadas àquele público.

Vinculado ao TT-2, tem-se o Objetivo Estratégico OE-20 — “Estabelecer uma cultura institucional de inclusão, diversidade e acessibilidade no ambiente educacional do IFCE” (IFCE, 2023, p. 75). No documento, o alinhamento estratégico deste objetivo está vinculado ao tema transversal TT-2, aos objetivos do Plano Plurianual 2024-2027 do Governo Federal (OE-1, OE-2 e OE-3), aos objetivos estratégicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RF-2 e RF-6) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS-4).

De acordo com o IFCE (2023), acerca das iniciativas, após consulta à comunidade acadêmica e externa, foram escolhidas três iniciativas prioritárias para o alcance do tema transversal acima, sendo elas: “Qualificar os servidores no tratamento das pessoas nas esferas da diversidade e da inclusão”. Fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes com necessidades específicas. Fortalecer os núcleos Neabis, Napnes e Nugeds” (IFCE, 2023,p.83). Para além dessas iniciativas, conforme apresentado no Quadro 3 a seguir, a instituição elencou um número significativo de outras iniciativas para a consecução do objetivo OE-20.

Quadro 3 - Iniciativas vinculadas ao TT-2: Fortalecimento e Consolidação das Ações Afirmativas

Iniciativas	
1	Fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes com necessidades especiais.
2	Relacionar dados institucionais sobre ensino, pesquisa e extensão com o perfil social e étnico-racial da pessoa com deficiência, para fins de análise dos indicadores de eficiência e de acompanhamento de egressos cotistas.
3	Qualificar os servidores no tratamento das pessoas, nas esferas da diversidade e da inclusão.
4	Adaptar os transportes do IFCE para atender as Pessoas com Necessidades Especiais.
5	Ampliar os investimentos em acessibilidade.
6	Fortalecer os núcleos Neabis, Napnes e Nugeds.
7	Elaborar um regulamento de acessibilidade física para a infraestrutura dos campi.
8	Fortalecer a Política de Acessibilidade do IFCE, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência, bem como a inclusão dos servidores com deficiência pertencentes ao quadro efetivo da instituição.
9	Implementar formações continuadas sobre acessibilidade e inclusão no IFCE.
10	Potencializar a aquisição e a produção de tecnologias assistivas para os NAPNES do IFCE.
11	Destinar aporte financeiro específico para apoiar eventos e editais institucionais contínuos relacionados a ações afirmativas.
12	Conhecer o perfil social dos servidores com base em dados e estabelecer políticas de ação afirmativa.
13	Criar editais específicos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao público-alvo das ações afirmativas (pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA, quilombolas e indígenas).
14	Criar um programa de atenção à saúde mental para servidores que são público-alvo das políticas de ações afirmativas.
15	Fomentar a articulação de processos formativos para servidores no que diz respeito às pautas das ações afirmativas.
16	Fortalecer e consolidar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos PPCs dos cursos ofertados pelo IFCE.

Fonte: Adaptado de PDI IFCE 2024-2028

Em seguida, destaca-se o enfoque dado ao papel da constituição e atuação do NAPNE na instituição.

Com o objetivo principal de promover a inclusão e garantir condições igualitárias de acesso e participação no ambiente educacional para estudantes com necessidades educacionais específicas, cada campus do IFCE conta com um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Esta unidade organizacional desempenha um papel fundamental ao assegurar que a instituição atenda adequadamente às demandas específicas de cada aluno, respeitando a diversidade e promovendo a equidade (IFCE, 2023, p. 94).

Por fim, observou-se a menção à adoção de práticas relacionadas à acessibilidade pedagógica e atitudinal, em função da oferta de cursos de educação à distância.

4.2 A discussão dos resultados

Em seu primeiro PDI, no qual o IFCE registrou seu planejamento estratégico para o período de 2009 a 2013, é nítida a preocupação institucional, preponderantemente relacionada à infraestrutura física, com vistas à eliminação ou, ao menos, à minimização das barreiras arquitetônicas presentes nos campi. Dos seus 9 campi que originalmente compunham sua estrutura, 6 apresentaram demandas relacionadas à gestão das unidades, com previsão de construção de blocos, de rampas de acesso, de instalação de elevadores e de placas de sinalização para portadores de necessidades especiais (PNE).

Embora importantes, ressalta-se aqui a necessidade de complementação com ações mais profundas e transformadoras, adotadas simultaneamente ao enfrentamento da eliminação dos obstáculos físicos, haja vista que a acessibilidade efetiva precisa ser contemplada em suas múltiplas dimensões.

Neste sentido, o campus Crato e o campus Juazeiro do Norte destacaram-se por apresentarem, respectivamente, a demanda de “Capacitação de docentes e técnicos para o atendimento a alunos especiais” (IFCE, 2009, p. 88) e a demanda de “Aquisição de equipamentos e material didático para o NAPNE” (IFCE, 2009, p.106). Estas propostas dialogam harmonicamente com o pensamento de Mantoan (2003), ao enfatizar que a cultura inclusiva deve ser propagada em toda a escola, transcendendo o ambiente da sala de aula e alcançando todos os espaços e atores educacionais, o que torna imperativa a extensão dessa formação ao corpo técnico das instituições de ensino.

No estudo de Rocha e Miranda (2009), apresentam-se possíveis direcionamentos para essa formação. As autoras, ao realizarem entrevistas com coordenadores cujos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia possuíam alunos com alguma deficiência, obtiveram relatos sobre a importância da apropriação e da formação em conteúdos relacionados à legislação, ao diagnóstico e à aprendizagem sobre a pessoa com deficiência, direcionados tanto aos docentes quanto aos técnico-administrativos da instituição. Essa abordagem promoveria, de forma mais eficaz, a inclusão de pessoas com deficiência nas rotinas acadêmicas.

Desta forma, a análise identificou sintonia com o registro de demandas relacionadas às dimensões da acessibilidade arquitetônica e da acessibilidade instrumental.

No entanto, como contraponto às iniciativas institucionais apresentadas, relata-se a ausência de demandas estruturais propostas pelos campi de Crato, Iguatu e Sobral, bem como a inexistência de solicitações da área do ensino, relacionadas à acessibilidade e inclusão, provenientes dos campi de Cedro, Fortaleza, Iguatu, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Sobral. Esse lapso

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

administrativo poderia estar relacionado ao processo de amadurecimento institucional das diretorias de campi?

Passando para o documento seguinte, o PDI 2014-2018 demonstra um salto perceptível na metodologia de elaboração de seu planejamento estratégico, no qual seus objetivos e metas institucionais passam a enquadrar-se em 4 grandes perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento, e responsabilidade orçamentária e financeira.

Na perspectiva do aluno, o objetivo AL_02 registrado demonstra alinhamento com as dimensões da acessibilidade arquitetônica e da acessibilidade instrumental, relacionando-se a melhorias na infraestrutura e nas condições pedagógicas. No entanto, observam-se pontos de melhoria na elaboração desta estratégia, uma vez que o objetivo, nitidamente desdobrável em duas grandes áreas de atuação institucional (administração e ensino), foi vinculado à Diretoria de Assuntos Estudantis, uma unidade eminentemente acadêmica. Neste ponto de crítica construtiva, acrescenta-se que as estratégias, indicadores e metas atrelados ao objetivo em questão demonstram alinhamento com o campo teórico, sem a proposição de iniciativas mais práticas.

Na perspectiva dos processos internos, a instituição elencou o objetivo PI_05, relacionado a tecnologias educacionais e sociais – similar ao objetivo PC_02 (IFCE, 2014, p. 164), vinculado ao Plano Estratégico em Tecnologia da Informação 2014/2018. O mesmo apresentava um indicador de resultado associado ao desenvolvimento de tecnologias assistivas, contemplando a dimensão da acessibilidade comunicacional, com uma meta robusta de que 100% das pessoas fossem atendidas por essas tecnologias até 2018.

Contudo, vale destacar que a meta vinculava o indicador ao “total de pessoas com necessidade”, partindo de uma estranha lógica segundo a qual a própria inclusão seria potencialmente excludente. Segundo Mantoan (2003), a instituição de ensino inclusiva gera reflexão e beneficia todo o seu público, trazendo melhorias a todos os usuários de seus serviços. Isso implica que as ações precisam ser planejadas para o acesso de todos, e não apenas para pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas.

Ainda no mesmo documento, o IFCE relata a existência de outras ações institucionais focadas na acessibilidade, registrando, em números, a sua estrutura à época e apontando a necessidade de ampliação. No entanto, de acordo com o Quadro 2 deste estudo, apenas 9 dos seus 23 campi apresentaram demandas orçamentárias vinculadas à estruturação e às melhorias de seus serviços, sob a perspectiva da acessibilidade.

Outro desafio institucional para a promoção da efetiva acessibilidade, à época (2014), refere-se à utilização do termo PNE (Portadores de Necessidades Especiais ou Necessidades Específicas), associado às barreiras atitudinais à acessibilidade. Sobre o tema, a Convenção sobre os Direitos das

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/05/2026 | aceito: 05/05/2026 | publicação: 08/05/2026

Pessoas com Deficiência da ONU (2006/2007) já havia estabelecido que o termo apropriado para designar essa parcela da população era "pessoa com deficiência" (PcD), substituindo os termos capacitistas destacados acima.

Como ponto de melhoria, verifica-se ainda a importância do estabelecimento de indicadores e metas específicos destinados ao atendimento aos servidores públicos do IFCE, de acordo com suas especificidades. A canalização de esforços nesse sentido, além de possibilitar o aumento da qualidade de vida e do nível de produtividade dos trabalhadores, também contribuiria para a formação de agentes multiplicadores da cultura de acessibilidade e inclusão, promovendo significativamente o acolhimento adequado das pessoas com necessidades específicas, por meio da atuação mais assertiva dos servidores docentes e técnicos da instituição.

Em sua terceira edição, o PDI 2019-2023 aposta na ampliação de ações de acessibilidade e inclusão vinculadas à extensão, bem como na consolidação dos NAPNEs em todos os campi da instituição. O documento destaca a importância do papel dos NAPNEs, instituídos com o intuito de “criar uma cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais” (IFCE, 2019, p. 210).

Outro grande e significativo avanço está relacionado ao portfólio de projetos estratégicos, no qual a instituição elenca um rol de 8 projetos associados à acessibilidade e à inclusão. Além disso, relata-se a existência de um centro de equoterapia, um centro de formação de instrutores e treinadores de cães-guia, um núcleo de tecnologia assistiva, um grupo de pesquisa em acessibilidade virtual, a atuação de 10 profissionais tradutores e intérpretes de Libras, a aquisição de materiais acessíveis vinculados ao sistema de bibliotecas, dentre outras ações.

Com todas essas iniciativas, o IFCE passa a prever, em seu planejamento estratégico, a promoção da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental e atitudinal. No entanto, dada a complexidade de suas previsões e aplicações, notou-se a ausência da acessibilidade metodológica e da acessibilidade programática:

Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc). [...] Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas, de modo geral (SASSAKI, 2005, p. 23).

Por fim, temos o PDI atual da instituição, finalizado e aprovado no fim de 2023, para ser

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

executado no período de 2024 a 2028. Sua estrutura teve início com uma avaliação do desempenho institucional quanto ao cumprimento dos principais objetivos do PDI anterior.

A meta estabelecida de 15% de ações de extensão relacionadas à acessibilidade e à diversidade étnica e racial foi um grande insucesso, com apenas 1% alcançado. Em função desse resultado, a instituição decidiu recuar, pois segundo ela:

Observou-se a necessidade premente de reduzir os indicadores de desempenho para melhorar a precisão e o foco nas áreas finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e inovação). A complexidade excessiva dos indicadores atuais compromete a eficácia da avaliação. Assim, torna-se necessária uma revisão minuciosa dos indicadores, priorizando aqueles que têm impacto direto nos objetivos institucionais e, assim, contribuindo para a simplificação e a **eficácia do processo de avaliação do planejamento** (IFCE, 2019, p. 31, grifo nosso).

Esta lógica pode implicar a minimização de esforços para alcançar resultados significativos e cada vez mais expressivos para as pessoas com necessidades específicas, beneficiadas pelas ações institucionais, sob a alegação de que o processo de acompanhamento da execução das metas é complexo.

E, para esta edição, o PDI instituiu, como forma de trabalhar a acessibilidade e a inclusão, o “Tema Transversal 2: Acessibilidade, Inclusão e Diversidade” (IFCE, 2019, p. 59). Para acompanhamento deste e dos demais temas, foram estabelecidos indicadores, conforme critérios explicados no documento:

Para esta edição do PDI, em vez de estabelecer indicadores próprios, optou-se por utilizar os da Setec para monitorar o desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) (IFCE, 2023, p. 61).

O indicador relacionado ao tema acima é o EXT-5, sobre o qual se destaca:

Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável. [...] Mínimo de 10% das ações de extensão* [...] (*) Esse indicador está em discussão para uma melhor definição para a população em situação de vulnerabilidade (IFCE, 2023, p. 66).

A adaptação da metodologia de acompanhamento dos indicadores relacionados à acessibilidade e à inclusão, adotando o indicador EXT-5: Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão da população vulnerável. Pode demonstrar uma tentativa de descaracterizar a pauta particular das pessoas com necessidades específicas, apenas para mascarar a dificuldade institucional de promover efetivamente ações destinadas a essa comunidade, haja vista o resultado insatisfatório do indicador constante na edição anterior (PDI 2019-2023).

Adiante, temos uma confusão textual que, a princípio, pode parecer um descuido, mas que corrobora a linha de raciocínio apresentada acima. Esta confusão relaciona-se ao fato de que na

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

página 59 o TT-2 denomina-se “Acessibilidade, inclusão e diversidade”, já na ilustração constante na página 83, o mesmo tema é descrito como “Fortalecimento e consolidação das ações afirmativas”, momento no qual destacam-se as três iniciativas mais votadas pela comunidade acadêmica, como prioritárias para o alcance dos objetivos, sendo estas: “Qualificar os servidores no tratamento das pessoas nas esferas da diversidade e inclusão. Fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes com necessidades específicas. Fortalecer os núcleos Neabis, Napnes e Nugeds” (IFCE, 2023, p. 83).

Como ponto positivo, destaca-se a indicação de 16 iniciativas de contribuição para o TT-2, abrangendo ações nas áreas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), do NAPNE e do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS).

Comparativamente ao PDI anterior, o atual demonstra avanços, especialmente por apresentar de forma expressa o foco na acessibilidade metodológica, contemplada, em especial, pela educação à distância, mantendo a menção às demais dimensões da acessibilidade, com exceção da acessibilidade programática.

Considerações Finais

A análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional do IFCE, que englobam a previsibilidade de ações compreendidas entre os períodos de 2009 a 2028, converge para o reconhecimento dos direitos dos sujeitos, bem como do papel institucional para a concretização dessa realidade de acessibilidade e inclusão, sem que, para isso, sejam estabelecidas, em seu mais robusto instrumento de planejamento, bases concretas para sua efetiva implementação.

Neste sentido, a consecução dos objetivos e metas institucionais estaria vulnerável, ao menos no que se refere à capacidade da organização de congregar esforços e atuar de forma proativa e diligente nas ações voltadas às pessoas com necessidades específicas, sejam elas discentes ou servidores do órgão. Sua preocupação, ainda que não a principal, estaria enraizada na exequibilidade das ações, afastando-se da incumbência de estar na vanguarda da educação pública, do ensino profissional, técnico, tecnológico e superior.

A análise comparativa dos quatro documentos marca um recuo discursivo na abordagem objetiva e quantitativa da matéria, reflexo da inexistência, ou pelo menos da não identificação, do modo pelo qual a instituição irá viabilizar a realização dessas iniciativas, reconhecendo-se aqui o mérito de seu registro.

A análise documental, portanto, permitiu examinar a evolução e a consistência das informações apresentadas, validando a teoria de que a instituição evoluiu significativamente na abordagem da acessibilidade e da inclusão, com a devida ressalva quanto à acessibilidade

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

programática, que precisa ser melhor trabalhada.

Em resposta à pergunta de partida: **Como o IFCE realiza o planejamento estratégico de suas ações de acessibilidade, contempladas em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs)?** Verificou-se que o IFCE adota um modelo de planejamento participativo que envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica, realizando pesquisas com pessoas com necessidades específicas e descentralizando suas ações por meio do NAPNE de cada campus. A Reitoria da instituição fornece suporte aos núcleos, em conjunto com as suas Pró-Reitorias, atuando prioritariamente com base na incidência dos temas, objetivos, indicadores, metas, projetos e ações constantes nos PDIs, nas dimensões da acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade instrumental, acessibilidade atitudinal e acessibilidade metodológica.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 23 mar. 2026.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2009-2013**. Fortaleza: IFCE, 2009. Disponível em: <https://pdi.ifce.edu.br/pdi-antigos/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014-2018**. Fortaleza: IFCE, 2014. Disponível em: <https://pdi.ifce.edu.br/pdi-antigos/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: <https://pdi.ifce.edu.br/pdi-antigos/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2024-2028**. Fortaleza: IFCE, 2023. Disponível em: <https://pdi.ifce.edu.br/pdi-antigos/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

_____. Conselho Superior. **Resolução Nº 143, de 23 de dezembro de 2023**. Aprova o regulamento dos NAPNEs no IFCE. Fortaleza: Conselho Superior, 2023. Disponível em:



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/05/2026** | **aceito: 05/05/2026** | **publicação: 08/05/2026**

https://portal.ifce.edu.br/documents/2646/Regulamento_dos_NAPNES_-_Resolucao_CONSUP_IFCE_N%C2%BA_143_-_DE_20_DE_DEZEMBRO_DE_2023.pdf.

Acesso em: 23 abr. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por que fazer? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: conceitos e discussões**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 2, p. 1-15, 2005.

OLIVEIRA, Alexandra Santos Leal; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. O PAPEL DO NAPNE NO IFCE É A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. In: **Anais do Congresso Nacional de Acessibilidade e Inclusão do Nordeste - CORAINE / IV Jornada de Luta pela Educação Inclusiva da Universidade de Pernambuco**. Anais...Recife (PE), Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, 2025.

ROZENDO, J. F. et al. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE A LEI E A EFICÁCIA. **REIN - REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, Campina Grande, Brasil, v. 6, n. 4, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/796> . Acesso em: 6 abr. 2026.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século XXI. **Revista Inclusão**, Brasília: MEC/SEESP, ano I, n. 1, p. 19–23, out. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

AGRADECIMENTOS

*A Deus, agradeço pela vida e por todas as coisas;
À minha companheira de vida, Tais, agradeço pelo apoio e pela paciência constantes.
Aos meus pais, Francisco e Marlene, agradeço pela educação que me proporcionaram.*